

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: O próximo desastre.....	2
Título: Efeito Vale	4
Título: País terá mais usinas térmicas acionadas	6
Título: Alerta de barragens tira 600 pessoas de suas casas em MG	6
Título: 52 estruturas terão vistorias até maio.....	8
Título: Desmistificando a distribuição de gás.....	9
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	11
Título: Vale oferece emprego até o fim do ano e indenização a famílias de trabalhador	11
Título: Com operação restrita, minério tem preços mais altos desde 2014	12
Título: Bolsa sobe com mineradora e bancos, mas tem 1ª queda semanal no ano	13
Título: Estatal é como filho que fugiu de casa e se droga, diz Guedes	14
Título: Governo elabora plano caso Maduro corte energia de RR.....	15
Título: Risco de novas tragédias leva cidades de MG a evacuar moradores às pressas	16
VEÍCULO: O Globo	18
Título: Um país que ignora os riscos	18
Título: Novo susto	20
Título: Contexto - Auditorias sem padronização.....	24
Título: Estatais são como ‘filhos drogados’, diz Guedes	25
Título: Governo decide acionar termelétricas mais caras	26
Título: Vale é alvo de série de decisões judiciais desfavoráveis	27
Título: Sob sanções, estatal fica sem diluentes para petróleo bruto.....	29
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	30

Título: Retirados às pressas de casa.....	30
Título: Estatais são filhos drogados.....	32

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/02/2019

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: O próximo desastre

É muito grave a informação de que funcionários da Vale sabiam com antecedência que os sensores da barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), apresentavam "dados discrepantes" que comprometiam seriamente o pleno funcionamento dos chamados piezômetros e, conseqüentemente, a segurança da estrutura. O rompimento da barragem, no dia 25 de janeiro, causou a morte de 339 pessoas.

Os corpos de 182 vítimas ainda não foram encontrados e entregues às suas famílias para que possam ter um funeral digno. A suspeita de que isso tenha acontecido se baseia em uma troca de e-mails obtida pela Polícia Federal (PF), ocorrida nos dias 23 e 24 de janeiro, entre funcionários da mineradora e engenheiros da Tüv Süd, empresa responsável por atestar a segurança da barragem do Córrego do Feijão.

A informação de que os problemas nos sensores eram conhecidos foi confirmada à PF pelos engenheiros Makoto Namba e André Jum Yassuda, ambos funcionários da Tüv Süd. Os dois foram presos quatro dias após o desastre e soltos na terça-feira passada por ordem do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Os tais "dados discrepantes" apresentados pelos piezômetros, tema dos e-mails trocados na antevéspera e na véspera do desastre, foram colhidos no dia 10 de janeiro, ou seja, 15 dias antes do rompimento da barragem. O laudo técnico da Tüv Süd que atestou a estabilidade da estrutura, ao qual o Estado teve acesso, considerou uma margem de segurança "muito baixa para a possibilidade de liquefação dos rejeitos", apontada como provável causa do colapso.

Mesmo diante das muitas fragilidades técnicas aferidas, Makoto Namba assinou o laudo de estabilidade da barragem por se sentir "pressionado" pela Vale para assim agir, como disse à PF. Em nota, a Tüv Süd informou que "fará tudo o que estiver ao nosso alcance para contribuir com uma investigação abrangente desse caso".

Também por meio de nota, a Vale afirmou que "colabora proativamente e da forma mais célere possível com todas as autoridades que investigam as causas do rompimento da barragem". A mineradora disse que foram entregues "voluntariamente" documentos e e-mails para as autoridades envolvidas na investigação das causas do desastre de Brumadinho.

O conhecimento de problemas nos sensores de segurança da barragem do Córrego do Feijão duas semanas antes do desastre pode não ser um dado suficiente, para sozinho, ter evitado o colapso daquela estrutura, já que é bastante improvável que uma obra de contenção ou algo que o valha fosse executada em prazo tão exíguo.

Mas o prévio conhecimento de falhas de segurança tão graves certamente imporia o acionamento imediato, pela Vale, do plano de emergência para evacuação completa da área condenada, não apenas por imperativos de natureza técnica e profissional, mas principalmente por um comando moral. Não é demais repetir: são 339 pessoas mortas e centenas, se não milhares, de famílias destruídas, sem contar os danos ao meio ambiente e à economia locais.

À medida que o tempo passa e são divulgadas cada vez mais informações sobre os métodos de aferição da segurança das barragens da Vale, confirma-se a impressão inicial de que o rompimento da barragem em Brumadinho, assim como a de Mariana, em 2015, não foram desastres fortuitos. Incertas eram apenas as datas em que ocorreriam.

Não seria exagero dizer, portanto, que Mariana, ou o tratamento que este desastre recebeu das autoridades à época, em alguma medida foi a causa da inédita dimensão e gravidade do desastre de Brumadinho. A Vale deve explicações aos familiares das vítimas. A Vale deve explicações à sociedade brasileira. A Polícia Federal, o Ministério Público e o Poder Judiciário devem agir com máxima diligência, para uma vez conhecidas as causas desta terrível tragédia e seus responsáveis diretos, aplicar a lei com rigor. O País não pode esperar, inerte, o próximo desastre.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 09/02/2019**Seção:** Economia**Autor:** Luciana Dyniewicz**Título:** Efeito Vale

já afeta mercado de minério

Preço do insumo tem alta de quase 11%; produção no País deve ter queda de 0,9%

Efeitos econômicos do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, ocorrido há duas semanas, já aparecem no preço global do minério de ferro e nas estimativas da produção industrial do País, com risco de consequente redução no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em até 0,1 ponto percentual em 12 meses.

Segundo cálculos do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), neste ano, o impacto no PIB deverá ser de menor proporção porque o corte na produção da companhia não é imediato. “O início do processo de redução da operação da empresa pode demorar. Supondo que comece no meio do ano, seria um corte de 0,05 ponto percentual no PIB de 2019”, explica a economista Luana Miranda.

Considerando apenas o segmento industrial, a redução na produção em doze meses poderá chegar a 0,7 ponto percentual. “É muita coisa”, destaca Luana. Para este ano, o Ibre vinha projetando um crescimento de 1,8% no PIB da indústria. Esse número, entretanto, deverá ser revisto.

A produção de minério de ferro do País também terá perdas significativas. Cálculos da Tendências Consultoria apontam para queda de 0,9% neste ano. Até então, a projeção era de um aumento de 7,8% na comparação com 2018.

Tradicional centro de mineração do País, o Estado de Minas Gerais- que já enfrenta uma crise econômica e fiscal há três anos - será o mais afetado pelo corte da produção da Vale. As estimativas para produção da indústria do Estado foram revistas de uma alta de 4,7% para uma expansão de apenas 0,2%.

Com esse desempenho mais fraco, o parque industrial do Estado, o segundo maior do País hoje, atrás apenas do de São Paulo, deve apresentar nova retração. Na última década, Minas Gerais vem perdendo destaque no segmento com a abertura de novas unidades da Vale no Pará.

Em 2013, Minas era responsável por 11,3% de toda a produção industrial brasileira. Essa participação chegou a 10% em 2016, o último ano com dados divulgados. “É provável que, em 2017 e 2018, o Estado tenha voltado a perder peso. Com esses acidentes (de Brumadinho e Mariana, em 2015), a indústria extrativa vai se concentrando no Pará”, destaca a economista Camila Saito, da Tendências.

Segundo ela, as minas na região Norte também são mais modernas, produzindo minério de qualidade mais alta, enquanto as de Minas Gerais estão mais velhas. “Antes (de Brumadinho), o cenário para o Estado, já era desafiador, agora, ficou ainda pior”, acrescenta.

Preço. O anúncio da Vale de que a produção de minério de ferro será cortada em 10% com a desativação de barragens semelhantes a que se rompeu já fez o preço do produto avançar quase 11%. A tonelada à vista passou de US\$ 73 para US\$ 81. Com a paralisação, na última quarta-feira, da mina de Brucutu - a maior da empresa em Minas Gerais -, o choque no preço deverá ser ainda maior. “Deverá chegar a US\$ 90 na próxima semana”, diz o economista Felipe Beraldi, da Tendências.

Cálculos de Beraldi indicam que os cortes na produção da Vale podem pressionar também a média anual do preço da commodity. Antes do rompimento da barragem, ele projetava que os valores recuariam 4,6% neste ano. Agora, prevê um aumento de 8,5%.

B3 exclui a Vale de seu índice de sustentabilidade

- A B3, a bolsa de valores de São Paulo, informou que a ação da mineradora Vale será excluída do índice de sustentabilidade ISE a partir de 12 de fevereiro, após o desastre do rompimento de barragem de rejeitos da empresa em Brumadinho (MG), que deixou um saldo de centenas de mortos e desaparecidos. A decisão foi tomada na quinta-feira e, segundo a B3, “não deve ser tomada como prejulgamento das responsabilidades da companhia”.

A exclusão da empresa do índice ocorreu porque as regras da carteira do indicador estabelecem que “serão excluídos os ativos que forem de emissão de uma empresa cujo desempenho de sustentabilidade, no entendimento do Conselho Deliberativo do Índice de Sustentabilidade Empresarial (Cise), tenha sido significativamente alterado em função de algum acontecimento ocorrido durante a vigência da carteira”.

Ontem, o presidente da Vale, Fábio Schvartsman, se reuniu com o ministro da Economia, Paulo Guedes, no Rio. Os executivos da empresa têm intensificado uma agenda institucional com autoridades federais.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 09/02/2019****Seção: Economia****Autor: Anne Warth e Sandra Marim / BRASÍLIA****Título: País terá mais usinas térmicas acionadas**

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) decidiu, em reunião extraordinária realizada ontem, elevar o número de térmicas acionadas no País como medida para preservar reservatórios das usinas hidrelétricas que estão com nível de armazenamento baixo devido à falta de chuva.

Em nota, o comitê informou que as usinas dos subsistemas Sudeste, Centro-Oeste e Sul serão acionadas a partir de hoje, ao custo de geração de até R\$ 588,75/MWh. As térmicas usam combustível, como óleo e gás, para gerar energia. Ao acioná-las, o governo substitui parte de geração hidrelétrica e poupa água dos reservatórios.

No entanto, essa energia é mais cara, o que impacta o custo da conta de luz. Neste mês, está vigorando a bandeira tarifária verde, que não tem nenhum custo extra na conta de luz. Com o aumento do uso de térmicas, porém, a bandeira pode ficar amarela ou vermelha, com cobrança extra.

4 O comitê avaliou as condições de suprimento energético e levou em consideração o atual armazenamento dos reservatórios equivalentes das hidrelétricas do País e as previsões meteorológicas para os próximos dias. As chuvas de janeiro foram abaixo da média, o que é incomum porque esse seria o auge do período úmido. A seca deveria começar só em abril, maio.

Além de acionar as térmicas, o CMSE deliberou que o Operador do Sistema deve considerar a oferta de importação de energia do Uruguai e Argentina como recurso adicional. “O Comitê reiterou a garantia do suprimento no ano de 2019 e destacou que há recursos energéticos disponíveis”, diz o comitê.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 09/02/2019****Seção: Metrópole****Autor: Giovana Girardi ENVIADA ESPECIAL BARÃO DE COCAIS (MG) Leonardo Augusto ESPECIAL PARA O ESTADO BELO HORIZONTE****Título: Alerta de barragens tira 600 pessoas de suas casas em MG**

Estruturas foram construídas no modelo de Brumadinho e empresas se recusam a atestar estabilidade; Vale e ArcelorMittal alegam precaução

Quase 600 moradores de Barão de Cocais, a 80 km de Belo Horizonte, e Itatiaiuçu, a 78 km da capital mineira, foram retirados de suas casas ontem, por causa do risco de rompimento de barragens. Os empreendimentos em Barão de Cocais e Itatiaiuçu são da Vale e da ArcelorMittal, respectivamente, que alegaram prevenção. Segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM), os empreendedores, em consonância com o órgão, acionaram o nível 2 de emergência das barragens – o que justificaria a retirada de pessoas no entorno.

Ambas foram construídas com a metodologia de alteamento à montante, técnica mais barata e de maior risco, mas já não estavam em operação. Segundo a ANM, empresas terceirizadas fizeram inspeção nos locais para elaboração da Declaração de Condição de Estabilidade (DCE). "Nenhuma das empresas atestou a estabilidade das barragens", informou o órgão, em nota.

O coordenador adjunto da Defesa Civil de Minas Gerais, coronel Flávio Godinho, afirmou que as minas em Barão de Cocais e Itatiaiuçu foram paralisadas e as famílias retiradas, após o toque de sirenes. "E só retomarão as atividades após as empresas Vale e ArcelorMittal apresentarem os laudos." Medo. "Faz três anos e três meses que era para eu estar morto (em Mariana). Mas naquele dia saí mais cedo do trabalho. Agora não acredito que estou vivendo tudo de novo."

O relato é de José Geraldo de Almeida Filho, que acordou por volta de 2 horas de ontem com o som de um alarme soando na comunidade onde vive, de Socorro. Agora tem medo de voltar para casa – algo também sem previsão oficial. "A gente sabe que todo mundo pode morrer. É fora de questão voltar, a não ser que a Vale esvazie tudo lá." Almeida Filho conversou com o Estado algumas horas depois da saída às pressas, abrigado em um dos hotéis da região para onde a empresa encaminhou 205 pessoas evacuadas de cinco comunidades rurais na área que pode ser atingida em caso de rompimento da barragem Sul Superior.

Outras 188 foram para as casas de parentes. O local, já desativado, recebia os rejeitos da mina de Gongo Soco. A extração de minério de ferro do local foi paralisada, segundo a Vale, em abril de 2016. Conforme a Defesa Civil, 33 pessoas se recusaram a deixar as residências. É o caso do maride Vilma Aparecida dos Santos, que não quis ir embora, mesmo quando a mulher e o filho mais novo foram levados a um hotel. "Ele ficou com cinco amigos, porque acha que não vai acontecer nada. Mas eu não arrisquei."

Estimativas da prefeitura são de que pelo menos mil pessoas vivam à beira do Rio São João, a 1,2 quilômetros, e também podem ser atingidas. Elas estão

sendo informadas do risco, mas só devem ser retiradas se o alarme de rompimento soar. De acordo com a Vale, a Sul Superior é uma das dez barragens à montante inativas remanescentes da empresa e faz parte do plano de aceleração de descomissionamento (desativação) anunciado após o desastre de Brumadinho – até ontem, com registro de 157 mortos. Itatiaiuçu.

O presidente da ArcelorMittal Mineração Brasil, Sebastião Costa Filho, informou que um laudo com critérios mais rígidos de segurança, apresentado ontem por uma empresa de consultoria, fez a empresa retirar cerca de 200 pessoas da comunidade de Pinheiros, em Itatiaiuçu. "O que eu entendi é que nós nunca mais vamos poder voltar para lá. Tem o psicológico. Como é que vamos dormir?", indagava um dos moradores levado para um hotel. Segundo ele, a empresa chegou a falar em indenização "ou em construir casas longe da barragem".

A mina de Serra Azul produz 1,2 milhão de toneladas de concentrado e minério granulado. A barragem de rejeitos está desativada desde outubro de 2012. De acordo com o Corpo de Bombeiros, se houver o rompimento da estrutura, os rejeitos podem atingir a BR-381, que liga Belo Horizonte a São Paulo e o Rio Manso. Em nota, a ArcelorMittal informou que a medida foi de precaução. "Apesar do transtorno para a comunidade, esta é a decisão correta."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/02/2019

Seção: Metrópole

Autor: André Borges / BRASÍLIA

Título: 52 estruturas terão vistorias até maio

A Agência Nacional de Águas (ANA) vai fazer fiscalizações in loco em 52 barragens consideradas prioritárias para vistorias. O trabalho vai acontecer até o fim de maio. Por meio de nota, a agência responsável por barragens de água informou que finalizou um "diagnóstico completo de todas as barragens em operação cuja fiscalização é de sua responsabilidade".

A lista, segundo a ANA, inclui 23 estruturas não vistoriadas no ano passado, três barragens consideradas críticas por terem comprometimentos que afetam a segurança, 15 que já constavam do plano anual de fiscalização da agência deste ano e 11 barragens ainda não operantes da transposição do Rio São Francisco.

Por ano, a ANA vistoria cerca de 30 locais, em média. Do total de 91 barragens listadas e classificadas como de alto dano potencial e alta categoria de risco, 5 estão em construção ou com obras paralisadas, 11 não estão operacionais

(vazias) e 68 já foram objeto de vistorias in loco e relatórios de consultoria especializada contratada pela ANA em 2017 e 2018.

"As sete remanescentes são barragens de pequeno porte, soleiras de nível e aterros rodoviários, também já vistoriadas, que não apresentam problemas de segurança", informou. As outras 39 barragens, segundo a agência, são consideradas menos prioritárias, já que foram vistoriadas recentemente e poderão ser revisitadas até o fim de 2019.

A ANA não é responsável por barragens de rejeitos, como a de Brumadinho. Em 29 de janeiro, o governo federal recomendou que 3.387 barragens, de todos os tipos de usos e sob responsabilidade de fiscalização de 43 agentes federais e estaduais, passassem por análises in loco até o fim do ano.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 09/02/2019

Seção: Opinião

Autor: Adriano Piresd

Título: Desmistificando a distribuição de gás

Com o início do novo governo, o setor de gás natural vislumbra o avanço das medidas legislativas e regulatórias necessárias para a abertura do mercado e sua consequente expansão. No entanto, este mercado e seu funcionamento ainda são um tema complexo à grande maioria. A distribuição de gás natural no País, por exemplo, é circundada por certos mitos, que precisam ser esclarecidos.

A distribuição e a comercialização são atividades distintas, e é essencial a diferenciação entre elas. A distribuição compreende a construção, manutenção e operação das redes de gasodutos destinadas a levar o gás aos pontos de consumo. O gás é obtido de produtores/importadores pelo distribuidor, que repassa esse custo do energético, não ganhando com a venda do gás, apenas com a atividade de distribuição da molécula.

Já os comercializadores - e nada impede que a distribuidora seja um deles - utilizam as instalações de transportadores e distribuidores para o fornecimento de gás a seus clientes, pagando pela utilização dos gasodutos das distribuidoras e obtendo seus lucros na atividade de comercialização.

Como a distribuidora é uma das principais responsáveis pelo desenvolvimento da infraestrutura do mercado, levando gás ao consumidor final, cabe fazer mais uma desmistificação: a rede de distribuição nacional precisa, sim, de expansão. Menos de 5% dos domicílios são abastecidos por gás natural no País, enquanto na Argentina e na Colômbia, por exemplo, o percentual supera os 65%. O Estado da Bahia, com 567 mil km² de extensão, tem 923,8 km de rede,

enquanto a Itália, com 301 mil km², tem 260 mil km de gasodutos para distribuição. A malha de gasodutos de distribuição no Brasil tem apenas 34,4 mil km, com grande discrepância entre o Sudeste e as demais regiões. Como comparação, os EUA têm mais de 2 milhões de km de rede.

E como se dá o investimento em expansão e construção de gasodutos de distribuição? Por se tratar de um segmento regulado, cuja concessão é cedida pelos governos estaduais, o principal motor que viabiliza a expansão da rede é o próprio governo, por meio da aprovação e da fiscalização da realização do plano de negócios que garanta o equilíbrio econômico financeiro das distribuidoras. Vale destacar que o monopólio natural, característico deste segmento, garante num primeiro momento que o investimento inicial e o desenvolvimento ocorram na distribuição. Na conclusão desta etapa, deve-se viabilizar a privatização do ativo, junto com a gradual liberalização da cadeia, promovendo a verdadeira economia de mercado - competição aberta e direta.

A determinação das tarifas de gás natural ao consumidor final é outro mito, sustentado pela tese de que as distribuidoras são apenas atravessadoras e só servem para aumentar o preço ao consumidor. Ao contrário do que se acredita, a tarifa é composta pelo preço do gás (commodity + transporte), impostos/tributos e margem de distribuição, sendo apenas esta última parcela referente à distribuidora de gás. Ou seja, o preço da commodity e o do transporte não.

A sociedade precisa ter acesso a informações claras para que todos se libertem de crenças e mitos são definidos pela distribuidora, e sim pelo supridor e pelo transportador. As margens de distribuição são reguladas, calculadas pelas distribuidoras conforme o contrato de concessão, e aprovadas pelas agências reguladoras estaduais. Entretanto, não pode haver muita lentidão nos repasses do custo do gás para as tarifas pelo regulador. Caso contrário, reajustes abruptos - para baixo, como ocorreu em 2016 em São Paulo, ou para cima, como está acontecendo agora, também em São Paulo - causam muita confusão desnecessária e turbulência no mercado.

A sociedade brasileira precisa ter acesso a informações claras para que todos se libertem de crenças e mitos. Esse é um bom início para o fomento ao mercado de gás. Cabe ao governo pautá-lo em adequadas políticas de uso do energético em todos os setores e estabelecer bases regulatórias sólidas para atrair investimento, garantindo um mercado de gás natural mais dinâmico.

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 09/02/2019**Seção:** Mercado**Autor:****Título:** Vale oferece emprego até o fim do ano e indenização a famílias de trabalhador

Proposta da mineradora, apresentada ao Ministério Público do Trabalho, ainda não foi fechada

A Vale, empresa responsável pela barragem que se rompeu em Brumadinho (MG) e matou pelo menos 157 pessoas, apresentou ao Ministério Público do Trabalho uma proposta de indenização aos trabalhadores da empresa na cidade mineira e terceirizados em que garante emprego até o fim do ano e indenização a familiares.

O rompimento da barragem deve resultar na maior ação trabalhista do país. O acordo ainda não foi fechado.

A mineradora propôs uma compensação por danos morais às famílias dos trabalhadores que morreram de R\$ 300 mil aos cônjuges ou companheiros, R\$ 300 mil a cada um dos filhos, R\$ 150 mil ao pai, R\$ 150 mil à mãe e R\$ 75 mil para irmão.

Além disso, propôs garantir o emprego ou o salário de todos os funcionários de Brumadinho até 31 de dezembro, o que, diz, passará a cumprir imediatamente. Para mitigar os danos materiais, a Vale ofertou pagar 2/3 do salário líquido de cada trabalhador até ele completar 75 anos.

A Vale disse também que vai arcar com o plano médico dos familiares das vítimas, tanto de funcionários quanto de terceirizados, vitalício para cônjuges e companheiros e até os 22 anos para dependentes.

Além disso, ofertou atendimento psicológico aos trabalhadores, auxílio creche de R\$ 920 aos que têm filhos de até três anos e auxílio-educação de R\$ 998 aos que têm filhos de até 18 anos.

A proposta, promete a Vale, é independente do pagamento de R\$ 100 mil às vítimas que a empresa vem pagando.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 09/02/2019****Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona****Título: Com operação restrita, minério tem preços mais altos desde 2014**

As restrições à operação de minas no Brasil após a tragédia da Vale em Brumadinho levaram o preço do minério de ferro aos níveis mais altos desde 2014. Maior exportadora mundial, a Vale está com 18% de sua produção afetada e, segundo analistas, muitas incertezas pela frente.

Na quinta, (7), segundo a Bloomberg, os preços futuros do minério em Singapura chegaram a US\$ 94 (R\$ 349) por tonelada, alta de 5,8% ante o dia anterior e o maior desde agosto de 2014. Em duas semanas, a cotação teve alta de 24%.

A alta reflete o temor sobre novas paralisações de operações no Brasil devido a um reforço na fiscalização após a tragédia que deixou, até o momento, 157 mortos e 182 desaparecidos. Nesta sexta, moradores de duas cidades em Minas tiveram que sair de suas casas devido a riscos em barragens próximas.

A ANM (Agência Nacional de Mineração) já anunciou que pretende exigir investimentos em todas as 88 barragens com alteamento a montante.

Analistas de mercado não descartam a possibilidade de novas paralisações e veem cenário de grande volatilidade para a Vale. “A visibilidade permanece baixa”, escreveram Leonardo Correa e Gerard Rotire, do banco BTG Pactual.

Na terça (5), a empresa teve que suspender por determinação judicial as operações na mina de Brucutu, com produção de 30 milhões de toneladas por ano. Na quinta, foi autuada em R\$ 35 milhões e teve parte da área de seu porto em Vitória suspensa pela prefeitura da capital capixaba.

A companhia vem enfrentando dificuldades também na produção de níquel: na quarta (6), perdeu recurso para reabrir a mina de Onça Puma, no Pará, que é responsável por quase 10% do volume do mineral extraído pela empresa e está com atividades suspensas desde novembro de 2016.

A crise ocorre em um momento em que a mineradora vinha priorizando o retorno a seus acionistas, após um longo período de altos investimentos. Nos últimos três anos, a companhia distribuiu R\$ 17,9 bilhões em dividendos e juros sobre o capital próprio.

A Vale diz que pode compensar parte da perda de produção com o aumento das operações em outras minas, mas na terça anunciou que declarou força maior em uma série de contratos, para evitar punições por eventuais falhas na entrega de minério a seus clientes.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/02/2019

Seção: Mercado

Autor: Anais Fernandes

Título: Bolsa sobe com mineradora e bancos, mas tem 1ª queda semanal no ano

Mesmo sem notícias positivas para a Vale nesta sexta-feira (8), o preço das ações da mineradora atraiu investidores, e a empresa subiu na Bolsa após quatro pregões de queda.

Os papéis avançaram 3,77%, para R\$ 43,16. Na semana, porém, acumularam perda de 6,68%. Desde a tragédia de Brumadinho, no dia 25, o tombo é de 23%.

“É uma ação que bateu R\$ 60 e está em R\$ 40. Tem gente que faz a conta de tudo o que pode vir de indenização, acordo judicial, paradas nas minas e define que está a um preço atrativo. Estão tentando manter o sangue-frio, deixar o pânico de lado e fazer conta”, diz Vicente Matheus Zuffo, gestor de fundos da SRM.

Somado à recuperação dos bancos, o movimento da Vale ajudou o Ibovespa (índice das ações mais negociadas) a resistir a um exterior negativo e subir 0,99%, para 95.343,10 pontos.

Não foi o suficiente para evitar que o índice tivesse sua primeira queda semanal do ano: -2,58%.

Houve volatilidade ao longo do dia, em parte, porque investidores estão receosos com o tempo para aprovação da reforma da Previdência. Eles acompanham de perto a saúde do presidente Jair Bolsonaro, internado em São Paulo.

Na véspera, médicos detectaram uma pneumonia, mas boletim desta sexta apontou melhoras.

“O mercado conta com sua recuperação para que ele entre na negociação da Previdência”, diz Jason Vieira, economista-chefe da Infinity Asset.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 09/02/2019**Seção:** Mercado**Autor:** Nicola Pamplona**Título:** Estatal é como filho que fugiu de casa e se droga, diz Guedes

Para ministro da Economia, governo não pode mais carregar ninhos de corrupção

O ministro da Economia, Paulo Guedes, comparou nesta sexta (8) as estatais brasileiras a filhos que fugiram de casa e hoje são drogados.

Em sua visão, disse, todas deveriam ser privatizadas, mas o presidente Jair Bolsonaro (PSL) e os militares pediram que algumas permaneçam estatais.

“Eu falava que tinha que vender todas [as estatais], mas naturalmente o nosso presidente, os nossos militares olham para algumas delas com carinho, como filhos, porque foram eles que as criaram. Mas eu digo, olha que seus filhos fugiram e hoje estão drogados”, disse, em evento sobre privatizações no BNDES.

Guedes não citou nomes das empresas, mas o governo já decidiu, por exemplo, que não privatizará a Petrobras. Em discurso em outro painel, o secretário de Desestatizações e Desinvestimentos, Salim Mattar, citou ainda BNDES e Caixa entre as estatais que Bolsonaro e os militares querem manter.

Para a Eletrobras, será mantida a proposta de capitalização anunciada no governo Temer, que compreende o lançamento de novas ações para venda a investidores privados, diluindo a fatia estatal.

De acordo com o presidente da companhia, Wilson Ferreira, a expectativa é o que o modelo esteja definido até março, para que o lançamento de ações ocorra no início de 2020.

Em seu discurso no evento, o ministro da Economia defendeu que o governo brasileiro não pode mais carregar “ninhos de corrupção”, que dão prejuízo, apenas para garantir apoio político em troca de cargos públicos.

“A velha política morreu. Não sabemos qual é a nova, mas sabemos que a velha política morreu. As estatais não vão alimentar mais aquela forma de fazer política”, afirmou. Ele defendeu que privatizações podem ajudar a cortar gastos públicos e permitir foco em investimentos sociais, como saúde, educação e segurança.

No evento, o BNDES apresentou exemplos das privatizações das seis distribuidoras que eram operadas pela Eletrobras, concluído em 2018.

Segundo o presidente do banco, Joaquim Levy, foram transferidos R\$ 9,3 bilhões em dívidas a empresas privadas, que terão de aportar R\$ 2,4 bilhões em capital e R\$ 6,7 bilhões em investimentos.

“Com esse processo, a gente conseguiu tirar um peso do Estado”, reforçou a **secretária-executiva do Ministério de Minas e Energia, Marisete Pereira**, argumentando que a situação das empresas tomavam tempo do governo e da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica).

As seis empresas, que operam nas regiões Norte e Nordeste, foram vendidas em três leilões realizados em 2018, em um processo que enfrentou grande resistência de trabalhadores e políticos locais.

Guedes diz que a estratégia futura é descentralizar o processo de privatizações, com foco em empresas controladas por estados e municípios. Para isso, o BNDES está alterando sua estrutura, criando diretorias para se aproximar dos governos estaduais e prefeituras.

A modelagem de privatizações e concessões será um dos focos do BNDES, reforçou o presidente da instituição. Ele disse que o banco continuará emprestando dinheiro, mas a juros de mercado e em parceria com o setor privado.

“O BNDES vai continuar proporcionando crédito de longo prazo para investimento, mas agora já sem subsídio e com disciplina, focando realmente onde pode haver falhas de mercado e com parceiros do setor privado”, disse Levy.

Para Mattar, o banco não deve mais ter participação relevante em financiamentos a privatizações ou concessões. “Não podemos permitir que o investidor ganhe uma obra, uma concessão, coloque 10% de capital e pegue 90% no BNDES. Isso é estatismo”, comentou.

O ministro da Economia deixou o evento no banco sem conceder entrevista.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/02/2019

Seção: Mercado

Autor: Ricardo Delia Coletta

Título: Governo elabora plano caso Maduro corte energia de RR

O governo Jair Bolsonaro (PSL) elaborou um plano emergencial caso a Venezuela corte totalmente o fornecimento de energia para Roraima, o único estado fora do SIN (Sistema Interligado Nacional).

O tema foi tratado pelo **Ministério de Minas e Energia** no 30 dia de janeiro.

Participaram da reunião o governador de Roraima, Antônio Denarium (PSL), o secretário de Energia Elétrica da pasta, Ricardo Cyrino, o diretor-geral da Aneel (Agência Nacional de Energia elétrica), André Pepitone, e os diretores da distribuidora Roraima Energia.

O governo Bolsonaro trabalha com a hipótese de uma interrupção integral da energia proveniente da hidrelétrica de Guri, no estado venezuelano de Bolívar.

Quando a reunião foi convocada, o Ministério de Minas e Energia temia que o ditador Nicolás Maduro interrompesse o fornecimento.

Roraima Energia precisaria de apoio do governo para fazer chegar a Boa Vista caminhões de Manaus com o combustível para manter o uso exclusivo de térmicas.

A empresa calcula que seria necessário um fluxo de caminhões três vezes maior do que o atual.

O Planalto tenta destravar a construção do linhão de Tucuruí, que deveria ter começado em 2011, para conectar o estado ao SIN.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 09/02/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Júlia Barbon, Fabrício Lobel e Geórgia Choucair

Título: Risco de novas tragédias leva cidades de MG a evacuar moradores às pressas

Barragens pertencentes às mineradoras Vale e Arcelor Mittal foram consideradas não seguras

ITATIAIUÇU (MG), BARÃO DE COCAIS (MG) e São Paulo- Duas semanas após o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, duas outras cidades de Minas Gerais foram parcialmente evacuadas na madrugada desta sexta-feira (8) diante do risco de novas tragédias com reservatórios.

As medidas foram tomadas em Barão de Cocais, a 100 km de Belo Horizonte, e em Itatiaiuçu, na região metropolitana. Ao todo, cerca de 650 pessoas foram afetadas.

Em Barão de Cocais, que tem 32.319 habitantes, a Vale deu início à evacuação das comunidades de Socorro, Tabuleiro e Piteiras por determinação da Agência Nacional de Mineração (ANM), após uma consultoria avaliar que a barragem Sul Superior da mina Gongo Soco não é estável.

A Walm, empresa responsável pela avaliação, negou-se a atestar a estabilidade. O reservatório que se rompeu em Brumadinho tinha o documento, e os engenheiros que o assinaram chegaram a ser presos.

Diante da determinação da ANM, foram removidos 239 moradores no município. Somando-se as comunidades Vila do Congo e Córrego do Arroz, classificadas em nível de cautela, o total de pessoas em área de risco ficou em 477.

A evacuação foi anunciada como uma medida preventiva. De acordo com a Vale, as inspeções no local foram intensificadas, e consultores internacionais devem fazer uma nova avaliação no domingo (10).

Em nota, a prefeitura do município afirma que os moradores foram encaminhados ao ginásio poliesportivo da cidade. A maioria deixou o local e foi para hotéis na região ou para a casa de familiares e amigos.

Com bengala e dificuldades para se locomover, a aposentada Geralda Emilia dos Santos, 79, conta que acordou assustada com a sirene. Saiu às pressas com a ajuda do filho, o ajudante de pedreiro Roberto dos Santos. “Saímos de qualquer jeito, com a roupa que a gente estava.” Deixaram para trás a criação de galinhas e os cachorros.

Só após um laudo apontar estabilidade é que poderão retornar para casa.

O nível de classificação de risco da barragem está em 2. O próximo, 3, seria o rompimento. A avalanche de rejeitos poderia alcançar uma distância de 11 km, causando destruição na zona rural da cidade.

Na classificação da ANM, a barragem tem o risco enquadrado como baixo e o dano potencial como alto — ambos iguais aos de Brumadinho. Trata-se de uma das dez barragens, à montante inativas da Vale, que deverão ser desativadas.

A outra cidade parcialmente evacuada nesta sexta-feira (8), foi Itatiaiuçu, com 11.037 habitantes.

Cerca de 150 moradores foram acordados por bombeiros e policiais militares por volta das 2h30. Os agentes passaram de casa em casa, por 52 residências, avisando sobre a evacuação com a sirene das viaturas ligadas.

O alerta foi dado após a mineradora Arcelor Mittal informar às autoridades que a avaliação de risco da barragem de rejeitos de Serra Azul havia mudado do nível 1 para o 2. O sistema de sirenes da barragem não foi acionado.

Segundo o capitão Herbert Aquino, da Defesa Civil de Minas, a intenção era não causar mais pânico após a tragédia de Brumadinho. Ele diz que a evacuação foi uma medida de prevenção da empresa, que teria usado uma metodologia mais rigorosa de avaliação.

Com o alerta, os moradores se dirigiram para ruas em áreas mais altas, incluindo uma praça às margens da rodovia Fernão Dias. O caseiro Antônio Evêncio, 48, diz que foi acordado pelo sobrinho batendo em seu portão. “Ele falou ‘corre que vai estourar a barragem’. Pensei logo em Brumadinho”, contou.

A barragem da Arcelor Mittal tem 5 milhões m³ de rejeitos de minérios de ferro e 89 metros de altura.

Assim como a de Brumadinho e a da Vale em Barão de Cocais, também tem classificação de baixo risco de incidentes e alto dano potencial. Seu método construtivo também é à montante — é a única da empresa com esse modelo. Está desativada desde 2012.

A mineradora afirma que decidiu pela evacuação diante de inspeção e auditoria minuciosos realizados após a tragédia em Brumadinho. Em caso de colapso, os rejeitos chegariam a uma distância de 4 a 5 km. A comunidade esvaziada está a 5 km.

“A empresa concluiu que não se pode correr absolutamente nenhum risco, e que, apesar do transtorno para a comunidade, esta é a decisão correta”, disse em nota.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/02/2019

Seção: Colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: Um país que ignora os riscos

O ano mal começou. Ainda é o começo de fevereiro. E estamos contando os mortos em tragédias sucessivas. O fogo mata jovens num centro de jogadores, a chuva desaba deslizando encostas no Rio, uma barragem soterra mais de

trezentas pessoas. Muito do que nos infelicita poderia ter sido evitado, principalmente a tragédia de Brumadinho, para a qual, tantos dias depois, a Vale não tem explicação plausível. Em muito do que está atingindo o Brasil há a mesma causa: o desprezo pelo princípio da precaução.

O dia de ontem já começou alarmante. Enquanto o incêndio matava meninos jogadores no Rio, mineiros corriam na madrugada de Barão de Cocais com a sirene disparada. Eles moram perto de uma barragem, e elas são bombas que podem explodir. Brumadinho, tempestade com deslizamentos no Rio e a dolorosa perda dos meninos do Flamengo, tudo em tão pouco tempo mostra de forma aguda como o país tem falhado em proteger os seus.

O princípio da precaução nos ensina que se há um cenário ruim é contra ele que precisamos nos preparar. No Brasil, avisos eloquentes não são ouvidos. Brumadinho nasceu em Mariana. A análise do desastre de três anos atrás deixa claro que a Vale construiu a sua repetição. E não estamos livres de novos horrores como lembraram as sirenes de Barão de Cocais.

Em 2015, nos primeiros dias após o rompimento da Barragem de Fundão, a Vale tentou fingir que o problema era da Samarco. Na hora da reparação, Vale e BHP criaram a Renova e entregaram a ela dinheiro e responsabilidade. Terceirizaram a culpa e a reparação do dano. Por fim, as empresas fecharam um pacto com o MP e os governos, que extinguiu a ação civil pública de R\$ 20 bilhões. Segundo a Vale, tudo estava resolvido. Falso. O Rio Doce continua sequelado, os diretamente atingidos não tiveram suas casas reconstruídas, e os outros milhares de afetados permanecem carregando suas dores e seu desamparo.

O que ela podia ter feito diferente? Tudo. A Vale deveria ter iniciado imediatamente a transição para nova tecnologia de barragem com menos risco em todos os casos. Deveria ter desarmado as bombas que são as barragens úmidas, drenando, retirando os rejeitos sólidos e os separando para a reciclagem. Essa tecnologia já está dominada. Era e ainda é o único caminho para resolver estruturalmente o problema.

Dinheiro não faltou à Vale. Seus resultados financeiros mostram que, apesar do prejuízo de 2015, quando houve a tragédia de Mariana, o lucro líquido acumulado nos 10 anos anteriores superou R\$ 150 bilhões em valores nominais. E que superaram os R\$ 40 bilhões nos três anos após Mariana. A atitude da Vale — das reações em Mariana até o teor dos emails sobre Brumadinho revelados esta semana — é uma lição às avessas. Ensina o que não fazer. Os moradores vizinhos às barragens vivem ameaçados por novos rompimentos. Já não dormem, vigiam sirenes.

O Rio fica sobressaltado a cada chuva. A dolorosa tragédia da Serra, há oito anos, em que morreram 908 pessoas, e as muitas enchentes na capital ensinaram que as encostas deslizam com muita frequência pelos erros da ocupação urbana, pela falta de prevenção, porque o setor público ignora a precaução. Depois de enterrados os mortos, volta tudo ao que era antes. As chuvas serão mais intensas, os ventos, mais violentos. Extremos serão mais frequentes com as mudanças climáticas. Como nos proteger?

São casos diferentes, mas a morte dos meninos jogadores do Flamengo precisa ser bem apurada para ver se eles são vítimas também do descaso e da negligência. As investigações ajudarão a apontar a razão exata, mas o roteiro é sempre o mesmo: estavam dormindo em locais provisórios à espera do definitivo centro de treinamento. O Brasil vive à espera do definitivo. Em Minas, famílias de 182 desaparecidos ainda esperam os corpos dos seus entes queridos, e podem não recebê-los, apesar da emocionante dedicação dos Bombeiros.

Em agosto do ano passado, Fabio Schwartzman afirmou: “o único risco para a Vale é a economia global virar de cabeça para baixo.” Estava errado. O risco não era externo. O perigo maior permanece aqui dentro. A mineração sempre teve uma visão predatória, principalmente nas minas de Minas.

Diariamente o país corre riscos por não se preparar para o que pode ser evitado. E assim vamos chorando mortes prematuras e imaginando o que poderiam ter sido aqueles que nos deixam cedo demais.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/02/2019

Seção: O País

Autor: CAMILA BASTOS/MANOEL VENTURA E ANA LUCIA AZEVEDO

Título: Novo susto

DUAS SEMANAS APÓS DESASTRE EM BRUMADINHO

Moradores têm que deixar suas casas em Minas por risco de acidentes em barragens

Passadas duas semanas do rompimento de uma barragem em Brumadinho, que deixou pelo menos 157 mortos, moradores dos municípios de Barão de Cocais, na região central de Minas Gerais, e de Itatiaiuçu, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, foram obrigados a deixar suas casas na madrugada de ontem por risco de novo acidente.

A determinação foi da Agência Nacional de Mineração (ANM). A decisão foi tomada após equipes técnicas identificarem que duas barragens de mineração estão com o nível de pressão acima do permitido.

Em Barão de Cocais, 393 pessoas de de cinco bairros e comunidades rurais saíram de casa por volta de 1h, após sirenes de alerta serem acionadas devido às condições da Barragem Sul Superior da mina Gongo Soco, da Vale.

De acordo com a mineradora, a consultoria Walm negou a Declaração de Condição de Estabilidade da estrutura. Assim, a empresa teve que começar a executar o nível 1 do Plano de Ação de Emergência de Barragens de Mineração.

Em nota, a Vale ressaltou que a decisão foi preventiva. Segundo o informe da empresa, a Vale está intensificando as inspeções da barragem Sul Superior e será implantado equipamento com capacidade de detectar movimentações “milimétricas” na estrutura. A Vale informou ainda que consultores internacionais farão uma nova avaliação da situação no próximo domingo.

MEDO E DESINFORMAÇÃO

Nos bairros de Barão de Cocais, o clima é de medo e desinformação. Foi com o som alto da sirene que Elias Rodrigues, de 37 anos, acordou na madrugada de ontem.

— Eu levantei correndo com a minha esposa, encontramos os vizinhos gritando e fugimos para um ponto seguro lá na roça em que a gente mora — contou ele.

Naquele momento, o motorista ainda não sabia se a barragem estava rompendo, se estava em risco ou era um treinamento. Em Itatiaiuçu, cerca de 200 pessoas foram desalojadas após alerta da Defesa Civil sobre risco de rompimento da barragem da Mina de Serra Azul, da mineradora Arcelor Mittal.

A empresa informou que a medida resultou de uma auditoria espontânea contratada pela empresa. “Empregando uma metodologia mais conservadora, a auditoria independente responsável pela declaração de estabilidade revisou o último relatório e adotou para a barragem um Fator de Segurança mais restritivo”, disse a empresa, em nota.

O diretor da ANM, Eduardo Leão, afirmou que as empresas contratadas pela Vale e pela Arcelor Mittal informaram na quinta-feira à noite que não iriam assinar a Declaração de Condição de Estabilidade das barragens.

O documento atesta que as barragens estão em boas condições e deve ser apresentado às autoridades a cada seis meses. As próximas declarações de estabilidade precisam ser entregues em março.

Ao realizarem inspeção nos locais, as empresas detectaram que a pressão nas barragens está acima do permitido. A agência, então, decidiu imediatamente acionar o nível 2 de emergência das barragens, que desencadeia a evacuação de toda zona de inundação projetada em caso de rompimento do reservatório.

O fator de risco das duas barragens está em 1,2. O adequado é no mínimo 1,5. Abaixo de 1, o risco de rompimento é iminente. As causas da pressão e o que será feito para evitar o rompimento ainda será analisado.

Não há prazo para as pessoas voltarem para suas casas. A ANM enviou fiscais para as duas barragens.

As duas estruturas foram construídas com a metodologia de alteamento a montante, considerada mais perigosa, e não estavam mais em operação. Esse modelo foi usado na construção das barragens de Brumadinho e de Mariana, que romperam.

A barragem Sul Superior, de minério de ferro, está classificada pela ANM como dano potencial associado alto em caso de rompimento, mas com baixo risco de colapso. Ela tem 6 milhões de metros cúbicos de rejeitos, segundo dados da agência. A barragem da Vale que se rompeu em Brumadinho tinha 11,7 de metros cúbicos.

A barragem da Arcelor Mittal Mineração tem 5,2 milhões de metros cúbicos de rejeitos e também está classificada pela ANM como dano potencial associado alto em caso de rompimento, mas com baixo risco.

OUTROS CASOS

Essas duas barragens não são as únicas do setor de mineração que tiveram declaração de estabilidade negada. Os dados informados pelas empresas ao governo mineiro, relativos a 2018, destacam que os auditores não garantiram a estabilidade das barragens de mineração B1-Ae Dique B3, ambas em Brumadinho e operadas pela Emicon Mineração. Também sem garantia estão a UTM/Caldas, das Indústrias Nucleares do Brasil (INB) e o Dique Couves, da MBL, em Itatiaiuçu.

A Fundação Estadual de Meio Ambiente diz ainda que outras três estruturas estão sem declaração porque o “o auditor não conclui sobre a situação de estabilidade”. (*Especial para O GLOBO)

O QUE FOI RESPONDIDO SOBRE BRUMADINHO

O que exatamente aconteceu com a barragem?

A parede sólida da barragem se liquefez e se transformou na lama que destroçou estruturas e causou mortes. Segundo especialistas, a liquefação é um fenômeno previsível, associado ao aumento da infiltração de água, e que está na lista de maiores problemas desse tipo de barragem, chamado de a montante.

Havia problemas nos equipamentos de medição?

A Polícia Federal teve acesso à troca de e-mails, iniciada dois dias antes do desastre, entre cinco funcionários da Vale e três da TUV SUD, uma das empresas responsáveis por monitorar a segurança da barragem. Essas mensagens, reveladas pela GloboNews, mostram que cinco piezômetros (aparelhos que medem o nível da água e a pressão que ela exerce na estrutura) não estavam funcionando e havia medidas discrepantes nos outros equipamentos de medição.

Qual deveria ter sido a atitude da Vale ao tomar conhecimento da falha nos piezômetros?

Medições anômalas e piezômetros que não funcionam são como o infarto de um coração, em analogia feita pelo professor Carlos Barreira Martinez, um dos mais respeitados especialistas em segurança em barragens do país. Para ele, a primeira atitude da Vale deveria ter sido evacuar imediatamente a população da região.

O QUE AINDA FALTA RESPONDER

Por que a barragem se rompeu?

A investigação ainda não foi concluída, mas há indícios do que pode ter provocado o acidente. Em junho e em setembro do ano passado, laudos técnicos da empresa alemã TUV SUD, que atestou a segurança do local, apontaram erosão e problemas de drenagem.

Porque as sirenes de alerta não tocaram?

O presidente da Vale, Fabio Schvartsman, disse que as sirenes não foram acionadas devido à velocidade da lama. Segundo ele, o rompimento da barragem foi muito rápido e a sirene "foi engolfada pela quebra da barragem antes que ela pudesse tocar".

Por que o refeitório dos funcionários estava localizado no caminho da lama?

Professor de engenharia geotécnica da Coppe/UFRJ, Willy Lacerda diz que a Vale deveria ter levado em conta o estudo que avalia os potenciais impactos da ruptura da barragem, incluindo o alcance da mancha de lama.

VEÍCULO: O Globo**Data: 09/02/2019****Seção: O País****Autor: ANA LUCIA AZEVEDO****Título: Contexto - Auditorias sem padronização**

A Declaração de Condição de Estabilidade, cuja falta levou a Agência Nacional de Mineração a evacuar a população à volta de duas barragens em Minas Gerais, na madrugada passada, não é garantia da segurança dessas estruturas. Para o engenheiro Joaquim Pimenta de Ávila, consultor de segurança em barragens e que se tornou testemunha-chave no caso do rompimento de Fundão, em Mariana, em 2015, padrões de controle e auditoria também são fundamentais.

Ávila projetou Fundão e relatou à Polícia Federal, em 2016, que seu projeto havia sido alterado pela mineradora. Ele havia alertado a Samarco sobre o risco de rompimento um ano antes do desastre.

O especialista salienta que a barragem de Córrego do Feijão, da Vale, em Brumadinho, e todos os quatro outros reservatórios de rejeito de mineração que romperam nos últimos anos no Brasil, tinham laudos de segurança que atestavam a estabilidade.

— O laudo e a declaração são necessários, mas insuficientes — afirma.

Um dos problemas, explica, é que não existem regras que padronizem e garantam a qualidade da auditoria. Há laudos que dão mais destaque a aspectos pouco relevantes, como apoda da grama, do que à avaliação das condições de estabilidade. Segundo ele, o processo não é lógico nem eficiente e se baseia muitas vezes na opinião do auditor. E cada auditor estrutura o laudo como quer, observa.

Leis estaduais e federais exigem inspeção, mas não há protocolos e regulamentos, com o estabelecimento dos requisitos mínimos a serem adotados. Segundo Ávila, os trabalhos são realizados pelos auditores e fica a critério dos mesmos a definição do conteúdo. Tais regras são exigidas em países como Canadá e Austrália.

Outro ponto crucial, na avaliação dele, é que deveria haver constante de controle de segurança. As condições da barragem mudam, em função de alteamentos, volume de rejeitos e do terreno.

— Eu era contra proibir as barragens a montante. Mas agora vejo que isso é uma necessidade. A operação é falha, falta rigor e esse tipo de barragem é muito sensível à forma como é operada.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/02/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ E DAIANE COSTA

Título: Estatais são como ‘filhos drogados’, diz Guedes

Ministro usa comparação para ressaltar necessidade de privatização de empresas públicas. Secretário de Desestatização afirma que muitas são deficitárias e defende maior participação do setor privado

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que as estatais brasileiras são como “filhos drogados que fogem dos pais”, em alusão ao seu plano de desestatização de empresas brasileiras. A declaração foi dada durante evento sobre o setor elétrico, na sede do BNDES. Guedes explicou que usa essa comparação quando defende a venda de todas as estatais, e o presidente Jair Bolsonaro e militares manifestam desejo de manter algumas:

— Falava que tinha de vender todas, mas, naturalmente, o nosso presidente, os nossos militares olham para algumas delas com carinho, como filhos, porque foram eles que as criaram. Mas digo, olha que seus filhos fugiram e hoje estão drogados.

O secretário de Desestatização, Salim Mattar, já havia afirmado que o governo não pretende se desfazer de Petrobras, Caixa e Banco do Brasil. Ontem, Mattar classificou parte das estatais no país como “aberração”. Segundo ele, empresas públicas deficitárias custam R\$ 15 bilhões por ano ao Tesouro, em recursos que poderiam ser investidos em outras áreas. E disse que o governo não vai mais “financiar empresários”:

— Os recursos são escassos e devem ser aplicados na saúde e segurança. Queremos uma iniciativa privada forte, que tem de buscar recursos lá fora. Não como no passado, buscando recursos junto a esta instituição (BNDES).

Guedes destacou que o BNDES terá papel transformador no processo de privatização, ressaltando que o setor privado gera melhores recursos, “sem interferências políticas, corrupção e sem alimentar a velha política”:

— Em vez de o governo federal investir, agora são os estados e municípios que atuarão em saúde, educação e segurança pública. No Brasil, você não sente o Estado. Ele não chega aonde o povo vive.

Já o presidente do BNDES, Joaquim Levy, disse que a venda de ativos busca uma mudança real na economia, não apenas a redução de dívidas. Ele citou como exemplo a venda de seis distribuidoras de energia da Eletrobras nas regiões Norte e Nordeste. A operação permitiu reduzir as dívidas em R\$ 9,3 bilhões e deve proporcionar investimentos nas companhias de R\$ 6,7 bilhões, com melhoria da qualidade da prestação do serviço.

ELETROBRAS: SÓ EM 2020

A privatização da própria Eletrobras, no entanto, só deve ocorrer no início de 2020. A previsão foi feita pelo presidente da estatal, Wilson Ferreira Júnior, no mesmo evento. Ele explicou que o modelo de capitalização a ser adotado deve estar concluído até o fim deste mês. Será preciso, então, resolver questões pendentes no setor energético, para depois dar início ao processo, que, segundo Ferreira, demora em torno de nove meses.

O secretário do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Adalberto Vasconcelos, disse que o governo pretende leiloar, em março, 24 projetos, como portos, aeroportos e a Ferrovia Norte-Sul.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/02/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: Governo decide acionar termelétricas mais caras

Para preservar nível de água nos reservatórios de hidrelétricas, também deve ser avaliada a importação de energia do Uruguai e da Argentina. Custo mais alto deve chegar ao consumidor nas bandeiras tarifárias

BRASÍLIA- O governo decidiu ontem ligar usinas termelétricas mais caras. Além disso, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) “deve considerar a oferta de importação de energia do Uruguai e da Argentina como recurso adicional”, informou o **Ministério de Minas e Energia**.

As medidas foram tomadas para preservar o nível de água nos reservatórios das hidrelétricas, após a diminuição das chuvas nas últimas semanas nas regiões próximas às usinas.

O custo mais alto das termelétricas deve chegar para os consumidores nas contas de luz em março, por meio das bandeiras tarifárias. Atualmente verde, a bandeira pode ir para o patamar de amarelo ou vermelho, a depender da quantidade de usinas acionadas.

SUPRIMENTO GARANTIDO

Na bandeira verde, não há cobrança adicional nas tarifas. Nas bandeiras amarela e vermelha, o custo extra varia de R\$ 1 a R\$ 5 a cada cem quilowatts-hora consumidos.

As usinas termelétricas usam combustível, como óleo e gás, para gerar energia. Por isso, a energia gerada por elas é mais cara. As decisões foram tomadas em reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), que reúne autoridades do setor.

“Tendo em vista os atuais armazenamentos dos reservatórios equivalentes das usinas hidrelétricas do país e as previsões meteorológicas para os próximos dias, o Comitê decidiu pelo despacho do parque termelétrico em valores superiores aos indicados pelos modelos computacionais do setor”, informou a nota do MME.

O setor elétrico, por padrão, aciona as usinas de geração de eletricidade conforme o preço. Como as hidrelétricas têm energia mais barata, elas são ligadas primeiro. Para preservar a água das barragens, porém, o governo permitiu que as termelétricas sejam acionadas.

Apesar das medidas, o governo informou que o suprimento de energia para 2019 está garantido e que “há recursos energéticos disponíveis, inclusive além dos montantes já despachados de usinas termelétricas”.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/02/2019

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA

Título: Vale é alvo de série de decisões judiciais desfavoráveis

Após tragédia, processos e órgãos reguladores paralisam outras atividades da companhia. Analistas veem dano de imagem

Desde a tragédia de Brumadinho, a Vale vem sendo alvo de uma série de decisões desfavoráveis da Justiça e de órgãos públicos. Nos últimos dias, a mineradora teve de suspender operações em Brucutu, sua maior mina em Minas Gerais, e parte de seu terminal em Vitória, no Espírito Santo, foi

interditado ontem, ambos por decisões dos governos locais. No início da semana, a Justiça já havia decidido manter suspensas as operações de uma mina de níquel da mineradora no Pará, em processo que se arrasta desde setembro de 2017.

Na avaliação de analistas e advogados, as decisões desfavoráveis, mesmo em processos sem relação direta com a tragédia em Minas, refletem a perplexidade da sociedade com o acidente em Brumadinho, três anos após o rompimento da barragem em Mariana pela Samarco, empresa que tem Vale e BHP como acionistas. Os especialistas citam ainda efeitos dos danos de imagem para a mineradora. Para os investidores, o receio é que o aumento da judicialização afete as operações da empresa.

FALHA NO CONTROLE

A Vale enfrenta ao menos dez processos em andamento que pedem a suspensão de suas atividades, como em Carajás, seu principal complexo de produção de minério de ferro, operações em Minas Gerais e em terminais portuários. Em geral, as ações alegam problemas ambientais e impactos para comunidades indígenas.

— Os acidentes revelam uma falha nos mecanismos de controle da mineradora e dos órgãos de fiscalização. É importante frisar que interdições só devem ser feitas se houver possibilidade de risco grave e iminente — afirma Mauro Menezes, sócio do Mauro Menezes & Advogados.

Felipe Barreto Veiga, sócio-fundador do BVA Advogados, avalia que as decisões refletem a preocupação das autoridades com a conduta da companhia após a tragédia.

Ontem, a mineradora informou que a Prefeitura de Vitória determinou a interdição de parte do sistema de tratamento de efluentes da Unidade Tubarão, em Vitória. A decisão vai afetar o pátio de insumos, os serviços portuários de carvão e as usinas de pelotização. O empreendimento é alvo de ação judicial desde 2016, após investigação ambiental da Polícia Federal ter concluído que parte das atividades no Porto traz danos ambientais decorrentes da liberação de minério de ferro no mar.

Segundo um analista, que pediu para não ser identificado, a preocupação é que as iniciativas ganhem força na Justiça e entre os governos estaduais, afetando ainda mais os resultados da empresa. Até agora, a Vale já anunciou um impacto negativo na produção de 70 milhões de toneladas de minério de ferro.

— A Vale passa por uma crise de imagem, e as incertezas são grandes quanto a novos processos e paralisações — destacou esse analista.

O principal projeto da Vale, o S11D, em Carajás, é alvo de ação civil pública desde maio de 2016. Em julho do ano passado, o juiz da Vara Federal de Marabá ordenou que a empresa preparasse estudo dos impactos da operação na tribo Xikrin. Segundo a ação, associações alegam que a Vale, a Funai e o Ibama deixaram de realizar estudos sobre as comunidades indígenas afetadas no processo de licenciamento ambiental. “Essa decisão não afeta nossas operações no S11D. Recorremos dessa decisão e continuaremos a contestar vigorosamente essa ação”, disse a Vale em seu relatório 20-F, entregue ao órgão regulador do mercado americano.

A mineradora responde a duas ações judiciais desde 1996 movidas pelo município de Itabira, em Minas Gerais, que juntas podem gerar um impacto de R\$ 10 bilhões. As ações pedem indenizações referentes aos danos ambientais e sociais, assim como o reembolso pelas despesas por causa de serviços públicos prestados para permitir as atividades de mineração.

Procurada, a empresa não comentou o assunto.

VEÍCULO: O Globo

Data: 09/02/2019

Seção: O Mundo

Autor:

Título: Sob sanções, estatal fica sem diluentes para petróleo bruto

A petrolífera estatal da Venezuela, a PDVSA, começou a misturar a sua produção de petróleo pesado com petróleo leve, devido à escassez de diluentes antes importados dos Estados Unidos e que, agora, não estão mais chegando ao país em decorrência das sanções impostas por Washington a Caracas na semana passada.

A PDVSA normalmente importa cerca de cem mil barris por dia de nafta, principalmente dos Estados Unidos, para diluir até 400 mil barris por dia do petróleo extrapesado produzido por empresas na Faixa do Orinoco, onde estão as maiores reservas do país sul-americano e de onde o produto final é exportado.

Com as sanções impostas pelo governo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, além de ficarem proibidas de comprar o petróleo venezuelano, as empresas americanas também estão proibidas de exportar para a Venezuela o nafta do qual a PDVSA precisa para diluir o óleo pesado de suas reservas, as maiores do mundo.

Antes da imposição das sanções americanas, 40% das exportações da estatal PDVSA, ou 500 mil barris por dia, seguiam para os Estados Unidos.

As sanções também levaram alguns navios cargueiros a ficarem parados dentro e fora de águas venezuelanas, em especial no Golfo do México, carregados com petróleo bruto da PDVSA, incapazes de completar as entregas até que estejam disponíveis as novas contas que serão movimentadas pela equipe do líder da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, autoproclamado presidente interino do país no último dia 23.

De acordo com fontes próximas à estatal, a PDVSA recebeu sua mais recente importação de nafta de uma unidade da Reliance Industries, da Índia, no porto de José em 29 de janeiro, depois de as empresas envolvidas nos negócios de petróleo com o país serem forçadas a cumprir uma ordem judicial e interromperem as exportação. Sem os diluentes, incluindo o nafta, a PDVSA é forçada a usar a pouca produção de petróleo leve do país para misturar ao petróleo pesado e, assim, poder exportar o produto.

As misturas resultantes de petróleo bruto estão sendo entregues à PDVSA pelas empresas mistas do Faixado Orinoco, com o objetivo de permitir que a estatal comercialize seu petróleo. A medida permite que a PDVSA exporte sem violar as sanções impostas pelos Estados Unidos.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 09/02/2019

Seção: Brasil

Autor: Guilherme Paranaíba/João Vitor Marques/Bertha Maaokaroun/João Henrique do Vale e Luiz Ribeiro

Título: Retirados às pressas de casa

Itatiaiuçu, Barão de Cocais e Brumadinho — O terror vivido com a destruição e as centenas de mortos que assombraram o Brasil após o estouro da barragem da Vale em Córrego do Feijão, em Brumadinho, Região Metropolitana de Belo Horizonte, espalha o medo entre comunidades vizinhas a diversos empreendimentos minerários estado afora. Ontem, em duas cidades, o temor de que outros reservatórios não estejam 100% seguros retirou de casa quase 400 pessoas, removidas às pressas em operações de emergência coordenadas que envolveram a Defesa Civil e forças de defesa social em Barão de Cocais, na Região Central do estado, e Itatiaiuçu, na Grande BH.

O sentimento de insegurança, porém, é muito mais amplo e se espalha por várias regiões de um estado marcado pela mineração, onde milhares de pessoas vivem abaixo de represas gerenciadas por companhias do setor.

O temor se tornou transtorno concreto, ontem, em Itatiaiuçu, outra cidade que

tem a mineração como ponto forte da economia, onde a madrugada de mais de 50 famílias foi marcada pelo pânico. Moradores da comunidade de Pinheiros receberam a notícia de que precisavam deixar suas casas às pressas, sob o argumento de que um desastre, como o que arrasou o Córrego do Feijão, poderia se repetir. A maioria saiu apenas com a roupa do corpo, temendo que a barragem da Mina Serra Azul, desativada desde 2012 e armazenando 5,8 milhões de metros cúbicos de rejeitos, pudesse despejar um tsunami de lama sobre suas casas.

De manhã, quando um posto de comando foi montado pela Defesa Civil de Minas Gerais para coordenar as ações de evacuação das famílias, o clima era de desinformação, até que as notícias começaram a chegar com mais clareza. A ArcelorMittal Mineração Brasil anunciou que a tragédia de Brumadinho gerou uma mudança nas referências do projeto geotécnico da barragem da Mina Serra Azul, e nova avaliação com uma consultoria internacional contratada pela própria empresa apontou mudança de estágio de segurança, de 1 para 2, o que exigia a saída das famílias da mancha de inundação da barragem.

Desespero

“Estou tendo até febre. A cabeça está doendo, estou tonta, o estômago embrulhando, vontade de ir embora”, contou a dona de casa Joice Maia Ferreira, de 31 anos. “Tem 12 anos que moro aqui e que vivo com medo. Agora, esse medo aumentou ainda mais. Como vou lidar com isso?”, questionou, antes de saber que sua casa, na verdade, estava fora da área de risco e que ela poderia retornar. “Meus vizinhos do lado tiveram de sair. Mas e o medo de ir com meu menino e acontecer uma tragédia?”, perguntava, insegura.

Mais tarde, o presidente da ArcelorMittal Mineração Brasil, Sebastião Costa Filho, chegou a Itatiaiuçu e garantiu que a saída das pessoas de suas casas era necessária. “As alterações vieram por meio de auditorias externas que levaram em consideração determinadas circunstâncias que foram aprendidas após o último rompimento, que até então não fazia parte desse contexto. Eles puseram fatos novos para avaliar a segurança de uma barragem de rejeitos”, explicou o executivo.

Essa situação fez com que 54 famílias fossem obrigadas a sair às pressas de seus imóveis em Pinheiros, totalizando cerca de 150 pessoas. “Daqui para a frente, estamos trabalhando com novos parâmetros. Vamos executar uma série de testes na barragem e assim que tivermos a garantia de que ela está 100% segura, que não existe nenhum risco para a comunidade, retornaremos com as pessoas às suas residências”, disse Costa Filho.

Precaução

Os moradores das imediações da mina Gongo Soco, da Vale, em Barão de Cocais, e os 150 habitantes de Itatiaiuçu só poderão retornar às suas casas após a constatação técnica de que as barragens vizinhas não representam risco. A informação é do tenente-coronel Flávio Godinho Pereira, coordenador da Defesa Civil estadual, em coletiva à imprensa, ontem, na cidade de Brumadinho. “Não houve rompimento nessas duas cidades. A medida foi para preservar vidas que ali estão, para que não acontecesse nova tragédia como a de Brumadinho”, afirmou Godinho.

Numa escala crescente de 1 a 3 de risco, a barragem da Vale subiu do nível 1 para o nível 2. Segundo Godinho, ao mesmo tempo em que a empresa contratada pela Vale não quis atestar a estabilidade da barragem, técnicos da Agência Nacional de Mineração (ANM) que estiveram em Barão de Cocais, se pronunciaram pela evacuação imediata, determinando que se adotasse o nível 2 de atenção. Já no caso de Itatiaiuçu, a própria ArcelorMittal se antecipou e solicitou a evacuação dos moradores nas imediações da barragem, como forma de prevenção. Não houve, como no caso da Vale, recusa de técnicos de atestarem a estabilidade da barragem.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 09/02/2019

Seção: Economia

Autor: Hamilton Ferrari

Título: Estatais são filhos drogados

As estatais brasileiras são como “filhos que fugiram de casa e hoje são drogados”. Assim o ministro da Economia, Paulo Guedes, classificou as empresas sob comando do Estado, antes de ressaltar que, por ele, todas seriam privatizadas. Ele disse, porém, que, a pedido do presidente Jair Bolsonaro e de militares que fazem parte do governo federal, algumas companhias serão mantidas, sem citar quais seriam.

Guedes passou o dia no Rio de Janeiro. As declarações foram dadas durante evento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sobre privatizações. “Eu falava que tinha que vender todas (as estatais), mas naturalmente o nosso presidente, os nossos militares olham para algumas delas com carinho, como filhos, porque foram eles que as criaram. Mas eu digo, olha que seus filhos fugiram e hoje estão drogados”, afirmou. No mês passado, o secretário de Privatizações, Salim Mattar, declarou que, pelos planos do governo, apenas a Caixa, Banco do Brasil e a Petrobras não seriam ofertadas no mercado.

Pendências

A Eletrobras deve ser capitalizada e ter seu controle transferido ao setor privado até o começo do próximo ano. Também durante o evento, o presidente da estatal, Wilson Ferreira Júnior, disse que, até fevereiro de 2019, o governo federal deverá ter resolvido pelo menos uma das pendências que travam o processo — o chamado risco hidrológico, que coloca na conta dos consumidores o risco da operação do sistema.

“Se conseguirmos no primeiro semestre, no começo do ano que vem já estaremos capitalizando a companhia”, disse. Ele ainda destacou que o risco hidrológico pesa no bolso do consumidor. “Se pegar de 2013 para cá, a tarifa de energia subiu 100% e a inflação 33% por causa do risco hidrológico. Isso reduz a exposição para o consumidor”, afirmou.

Velha política

Guedes também declarou que os políticos já “perceberam” que buscar cargos em estatais para ajudar a financiar eleições não é interessante, porque o orçamento fica comprometido e não sobram recursos para governar. “A velha política morreu. As estatais não vão mais alimentar essas distorções na democracia. O modelo de política por votos mercenários acabou”, disse. Para o ministro, o presidente Jair Bolsonaro está “dando exemplo de comportamento”. “Tem todo o tipo de zumbi em volta dele (Bolsonaro) e não vi recuar em nenhum ponto”, enfatizou.

O ministro ressaltou ainda que os partidos precisam se “organizar em torno desses valores”. “E não é uma política alimentada com votos de mercenários comprados por meio de posições em estatais. Esse modelo está morrendo”, afirmou Guedes. “O Brasil era um Saci Pererê, só pulava com a perna esquerda, mas ela estava cansada. Agora vamos pular um pouco com a perna direita”, completou.

O Brasil tem 135 estatais federais e a privatização, além da reforma da Previdência, é uma das iniciativas do governo federal para melhorar o estado das contas públicas a curto prazo. Para 2019, a Lei de Diretrizes Orçamentárias autoriza um deficit de até R\$ 139 bilhões, mas o ministro tem dito que pretende eliminá-lo até o fim do ano. Em janeiro, durante o Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, Guedes afirmou que espera levantar US\$ 20 bilhões com a venda de estatais em 2019 — o equivalente a R\$ 75 bilhões.

- **Agenda também nos estados**

O ministro Paulo Guedes, da Economia, também tem se reunido com governadores de estados que estão em situação fiscal grave, incentivando-os a realizar privatizações. O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), foi um deles. Nesta semana, Leite encaminhou à Assembleia Legislativa gaúcha projeto de lei que prevê a venda de estatais como a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), SulGás e Companhia Rio-Grandense de Mineração (CRM).

MME / ASCOM .